

Perspectivas feministas na produção analítico-comportamental brasileira: Uma revisão sistemática sobre sexo e gênero femininos

Feminist Perspectives in Brazilian Behavior-Analytic Production: A Systematic Review on Female Sex and Gender

 LETÍCIA DE PAULA VON BACKSCHAT¹

¹UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

 CAROLINA LAURENTI²

²UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Resumo

Embora a psicologia da mulher tenha dado visibilidade às experiências femininas em uma ciência historicamente androcêntrica, ela não necessariamente examina relações de poder e a distribuição diferencial de contingências que produzem e mantêm desigualdades de gênero, como propõe a psicologia feminista. Considerando essa distinção, o objetivo deste estudo foi mapear e analisar quando e de que forma aspectos feministas, alinhados à perspectiva de bell hooks, passaram a integrar a produção analítico-comportamental brasileira voltada ao sexo e gênero femininos. Foi realizada uma revisão de escopo qualitativa, orientada pelo protocolo PRISMA-ScR, examinando artigos publicados entre 2003 e 2023 na REBAC, PAC, RBTCC e Acta. Dos 1.591 artigos recuperados, 142 foram selecionados por abordarem termos relativos a sexo/gênero femininos; e 42 (2,6% do total geral e 29,6% dos selecionados) apresentaram elementos feministas. Observou-se aumento de publicações com tais elementos a partir de 2017, com destaque para a PAC. O aspecto mais frequente foi a explicitação e análise de contingências culturais opressivas relacionadas ao gênero, seguida da valorização de repertórios verbais de descrição e denúncia de práticas de silenciamento. Predominaram estudos teóricos, com baixa incidência de pesquisas aplicadas e básicas. A discrepância entre estudos sobre comportamento feminino e aqueles com análise feminista sugere maior alinhamento à psicologia da mulher do que à psicologia feminista. Embora minoritária, a incorporação de referenciais feministas indica deslocamento analítico para o exame de contingências culturais das desigualdades de gênero e endossa a necessidade de ampliar pesquisas empíricas e consolidar políticas científicas comprometidas com diversidade e justiça social.

Palavras-chave: comportamento feminino, perspectiva feminista, gênero, revisão de escopo, análise do comportamento.

Abstract

Women's psychology highlights women's experiences in a traditionally male-centered science, but it does not necessarily address power relations and the unequal distribution of contingencies underlying gender inequalities, as feminist psychology does. This study mapped and analyzed how and when feminist elements, aligned with the perspective of bell hooks, became integrated into Brazilian behavior-analytic production addressing gender and female sex. A qualitative scoping review, following the PRISMA-ScR protocol, examined articles published between 2003 and 2023 in Brazilian specialized journals in Behavior Analysis that publish in Brazilian Portuguese. Of 1,591 articles retrieved, 142 mentioned terms related to female sex/gender and were analyzed; 42 of these (2,6% of the total and 29,6% of those selected) contained feminist elements. Publications including such elements increased from 2017 onward. The most frequent feature was the explicit analysis of oppressive gender-related cultural contingencies, followed by the emphasis on verbal repertoires describing and denouncing silencing practices. Theoretical studies predominated, with limited applied and basic research. The discrepancy between studies on female behavior and those adopting a feminist analysis suggests stronger alignment with women's psychology than with feminist psychology. Although still representing a small proportion of the literature, the incorporation of feminist frameworks indicates an analytic shift toward examining cultural contingencies underlying gender inequalities and underscores the need to expand empirical research and consolidate scientific policies committed to diversity and social justice.

Keywords: female behavior, feminist perspective, gender, scoping review, behavior analysis.

NOTA: ESTE ARTIGO É DERIVADO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DA PRIMEIRA AUTORA, A QUAL FOI REALIZADA COM O APOIO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – BRASIL (CAPES) – CÓDIGO DE FINANCIAMENTO 001. A SEGUNDA AUTORA FOI FINANCIADA PELO CNPq POR MEIO DE BOLSA DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA (PROCESSO: 301900/2025-6).

✉ leticiabackschat@gmail.com

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18542/REBAC.V22I1.20485](http://dx.doi.org/10.18542/REBAC.V22I1.20485)

Na literatura psicológica, duas abordagens se destacam no estudo do comportamento feminino: a psicologia da mulher e a psicologia feminista (Rutherford & Pettit, 2015). A psicologia da mulher surgiu na década de 1970, nos Estados Unidos e no Canadá, com o propósito de incluir experiências femininas em uma ciência historicamente androcêntrica. Apesar de sua relevância, essa perspectiva acabou por manter a distinção entre uma suposta “psicologia geral”, considerada neutra e universal, e a psicologia da mulher, entendida como particular (Eagly et al., 2012; Rutherford & Pettit, 2015). A psicologia feminista, por sua vez, propõe uma articulação crítica entre psicologia e feminismo, comprometida com o enfrentamento do sexismo e da ideia de neutralidade científica. Nessa perspectiva, categorias sociais como gênero, raça e classe são centrais para compreender a produção do conhecimento, ampliando a análise para além de questões individuais (Narvaz & Koller, 2006).

Considerar a psicologia sob uma perspectiva feminista implica adotar uma abordagem cultural e política dos fenômenos comportamentais, reconhecendo as relações de poder que organizam o contexto social (Backschat & Laurenti, 2023). Ainda que existam investigações voltadas aos comportamentos de mulheres, nem todas se articulam com pressupostos ou agendas teóricas feministas (Narvaz & Koller, 2006). Assim, a incorporação de uma perspectiva feminista na psicologia não se limita à inclusão do gênero como variável de análise, mas envolve problematizar as condições socioculturais e políticas que participam da produção e manutenção dos repertórios comportamentais das mulheres.

Dada a multiplicidade de elementos possíveis para caracterizar uma perspectiva feminista, este estudo optou por fundamentar sua análise nos valores feministas propostos por bell hooks, conforme apresentados por Carneiro e Santos (2021). São eles: (a) *Conscientização*, entendida como um processo de percepção crítica tanto individual quanto social de práticas culturais opressoras, como o patriarcado; (b) *Enfrentamento*, relacionado à resistência e à criação de estratégias que se opõem ativamente a práticas sexistas; (c) *Solidariedade*, compreendida como o desenvolvimento de estratégias coletivas de resistência; (d) *Libertação*, que enfatiza a importância da liberdade individual e política como caminho para alcançar uma sociedade igualitária; (e) *Partilha*, que implica o compromisso ético e político de gerar conhecimento científico que promova justiça social e igualdade; (f) *Poder de fala*, que reconhece a importância de dar voz às mulheres para expressarem as opressões cotidianas vividas; (g) *Amor*, caracterizada como uma prática empoderadora essencial no combate ao sexismo; e, por último, (h) *Igualdade*, que consiste em transformar práticas culturais, políticas e sociais para a construção de uma sociedade livre de opressão baseada no gênero.

Historicamente, as discussões feministas tiveram pouca visibilidade na literatura analítico-comportamental, mesmo em contextos de fortalecimento do feminismo em países como os Estados Unidos (Couto & Dittrich, 2017). Maria Ruiz (1950-2017) destacou-se como uma das primeiras autoras a aproximar, de modo mais sistemático, feminismo e Análise do Comportamento, defendendo essa interlocução como fundamental para uma perspectiva crítica sobre gênero, poder e cultura (Ruiz, 1995, 1998, 2003).

No Brasil, embora a inclusão de uma perspectiva feminista nas pesquisas analítico-comportamentais ainda enfrente resistências no meio acadêmico (Mizael, 2021), observa-se uma produção crescente sobre o tema. A primeira revisão nacional, conduzida por Couto e Dittrich (2017), identificou oito artigos, cinco deles de autoria de Ruiz, e apenas dois trabalhos eram brasileiros. O primeiro artigo nacional que articulou explicitamente as relações entre Análise do Comportamento e Feminismo foi o de Fideles e Vandenberghe (2014), no qual foram discutidas convergências entre Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) e Terapia Feminista. O segundo trabalho foi o de Silva e Laurenti (2016), propondo uma leitura não essencialista de “mulher” a partir de afinidades filosóficas identificadas entre Skinner e Simone de Beauvoir.

Considerando que o primeiro artigo nacional com essa proposta foi publicado há cerca de uma década, o objetivo deste estudo foi mapear e analisar quando e de que forma aspectos feministas, alinhados com a perspectiva de bell hooks, passaram a integrar a produção analítico-comportamental brasileira, especialmente em pesquisas que abordam gênero e o sexo femininos.

Método

Foi realizada uma revisão de literatura de escopo, de natureza qualitativa e abordagem exploratória, desenvolvida com o objetivo de mapear e sistematizar a produção científica existente sobre o tema, oferecendo um panorama abrangente do campo investigado (Munn et al., 2018). As revisões de escopo são particularmente adequadas para a análise de áreas de pesquisa emergentes ou ainda pouco consolidadas, na medida em que possibilitam a identificação de conceitos centrais, características metodológicas predominantes e lacunas na literatura, contribuindo para o delineamento de futuras pesquisas (Daudt et al., 2013). A revisão se pautou nas diretrizes do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses – Extension for Scoping Reviews* (PRISMA-ScR) (Tricco et al., 2018). Nesse sentido, o estudo foi estruturado em três etapas principais: (1) levantamento bibliográfico em bases de dados previamente definidas; (2) seleção dos estudos a partir de critérios de inclusão e exclusão estabelecidos; e (3) categorização e análise qualitativa dos artigos selecionados.

Foram consultados artigos publicados entre 2003 e 2023 em periódicos nacionais especializados em Análise do Comportamento, como *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* (REBAC), *Perspectivas em Análise do Comportamento* (PAC), *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (RBTCC), mais a *Acta Comportamentalia*, por publicar materiais em língua portuguesa que apresentam contribuições relevantes de pesquisadoras(es) brasileiras(os) (Cravo et al., 2022). As buscas foram realizadas no mês de julho de 2023, e o recorte

temporal contemplou uma década anterior e uma posterior à publicação de Fideles e Vandenberghe (2014), considerado o primeiro artigo nacional feminista na área.

Os critérios de inclusão foram: (a) artigos em português que apresentassem os termos “fêmea(s)”, “feminino(s)” ou “mulher(es)” no título, resumo e/ou corpo do texto; e (b) estudos de natureza aplicada, básica ou teórica. Foram excluídos: (a) artigos redigidos em outro idioma; (b) textos que não são fundamentados no Comportamentalismo Radical; e (c) trabalhos com menos de três ocorrências das palavras-chave.

A recuperação dos artigos foi realizada por meio do *download* de todos os estudos disponíveis nos sites de cada um dos periódicos, os quais foram posteriormente analisados por meio da ferramenta “Ctrl+F” para a busca das palavras-chave. Os textos selecionados foram lidos na íntegra, e os dados organizados em tabelas e gráficos a partir de cinco medidas quantitativas: (a) número de artigos recuperados, selecionados e com elementos feministas por ano e período, bem como sua porcentagem acumulada; (b) porcentagem acumulada das publicações selecionadas e daquelas com elementos feministas; (c) número de menções a referências teóricas feministas pioneiras por ano; (d) frequência de elementos feministas segundo a natureza da pesquisa; e (e) categorias de elementos feministas identificadas nos artigos.

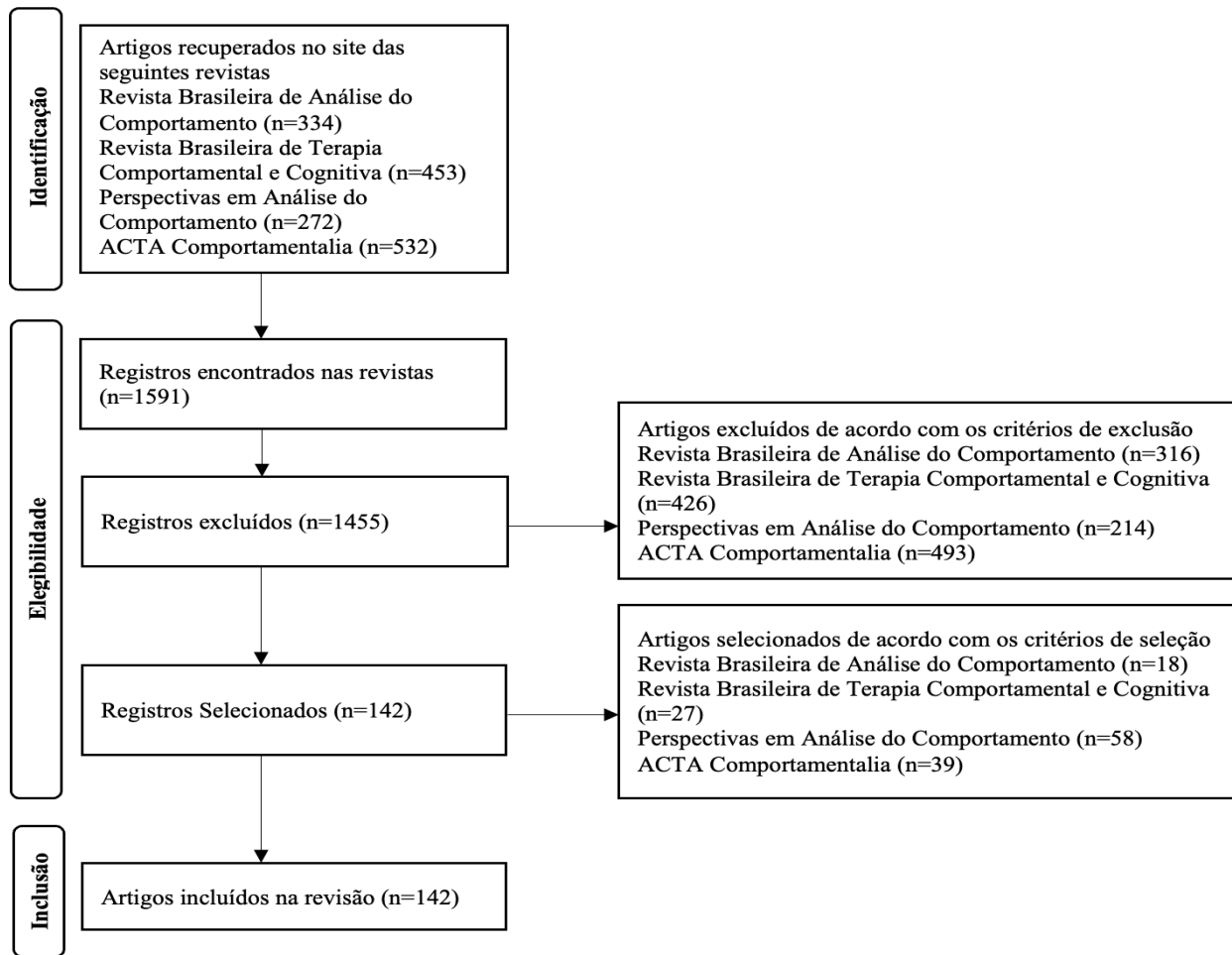
Em relação às menções a artigos considerados pioneiros para a inserção do feminismo na Análise do Comportamento brasileira, foram considerados os textos de Ruiz (1995, 1998, 2003, 2009), Fideles e Vandenberghe (2014), Silva e Laurenti (2016) e Couto e Dittrich (2017). Já a análise dos elementos feministas presentes nos artigos selecionados foi conduzida com base em uma categorização fundamentada nos valores propostos por bell hooks (conscientização, solidariedade, igualdade, libertação, partilha e poder de fala), conforme discutido por Carneiro e Santos (2021). A utilização desses valores como eixo analítico buscou identificar justificativas para a composição das amostras e compreender de que modo sexo e gênero foram reportados para elucidar resultados. Além disso, esses valores também orientaram a leitura das análises realizadas nos textos, permitindo identificar se uma abordagem feminista foi utilizada para compreender questões relacionadas ao sexo/gênero femininos.

Resultados

Na Figura 1 consta o fluxograma elaborado conforme o protocolo PRISMA-ScR, no qual estão sistematizadas as etapas de levantamento bibliográfico e seleção dos artigos.

Figura 1

Fluxograma PRISMA-ScR do Panorama Geral dos Artigos Recuperados, Excluídos, e Selecionados por Periódico



Nota. Adaptado de *A presença de aspectos feministas nos estudos analítico-comportamentais nacionais com termos relativos a gênero e sexo femininos* (Backschat, 2024).

A busca resultou em 1.591 artigos publicados entre 2003 e 2023 e após a aplicação dos critérios de inclusão mencionados previamente, 142 (8,9%) textos foram selecionados. Para fins de análise, os dados foram organizados em dois períodos: 2003-2013, década anterior à primeira publicação nacional que articula feminismo e Análise do Comportamento (Fideles & Vandenberghe, 2014), e 2014-2023, década posterior. A Tabela 1 apresentou o número de artigos recuperados e selecionados em cada periódico nesses intervalos, bem como o percentual de inclusão.

Tabela 1

Total de Artigos Recuperados e Total e Percentual de Artigos Selecionados por Periódico em Períodos de Até 10 Anos

Periódico	Período de 2003 a 2013		Período de 2014 a 2023	
	Artigos recuperados	Artigos selecionados	Artigos recuperados	Artigos selecionados
ACTA (início em 1993)	214	11 (5,1%)	318	28 (8,8%)
PAC (início em 2010)	50	1 (2%)	222	57 (25,6%)
REBAC (início em 2005)	140	5 (3,5%)	194	13 (6,7%)
RBTCC (início em 1999)	188	14 (7,4%)	265	13 (4,9%)
Total	592	31 (5,2%)	999	111 (11,1%)

Fonte. A presença de aspectos feministas nos estudos analítico-comportamentais nacionais com termos relativos a gênero e sexo femininos (Backschat, 2024).

Conforme indicado na Tabela 1, o período de 2014-2023 apresentou um aumento no número de artigos que atenderam aos critérios de inclusão (11,1%), em comparação à década anterior (5,2%). Esse crescimento ocorreu em todos os periódicos, exceto na RBTCC, que apresentou redução de 7,4% para 4,9%.

Entretanto, abordar termos relacionados a sexo e gênero femininos não implica necessariamente considerá-los de uma perspectiva feminista. Por isso, entre os artigos selecionados, foi verificado quantos apresentaram discussões feministas em suas análises. A Tabela 2 apresentou a porcentagem de artigos com elementos feministas, tanto em relação ao total de artigos selecionados quanto ao total de artigos publicados.

Tabela 2

Total de Artigos Selecionados e Total e Percentual de Artigos Selecionados com Elementos Feministas por Periódico

Periódico	Total de artigos selecionados	Total de artigos selecionados com aspectos feministas	Percentual de artigos selecionados com aspectos feministas
ACTA (início em 1993)	39	10	25,6%
PAC (início em 2010)	58	23	39,6%
REBAC (início em 2005)	18	4	22,2%
RBTCC (início em 1999)	27	5	18,5%
Total	142	42	29,6%

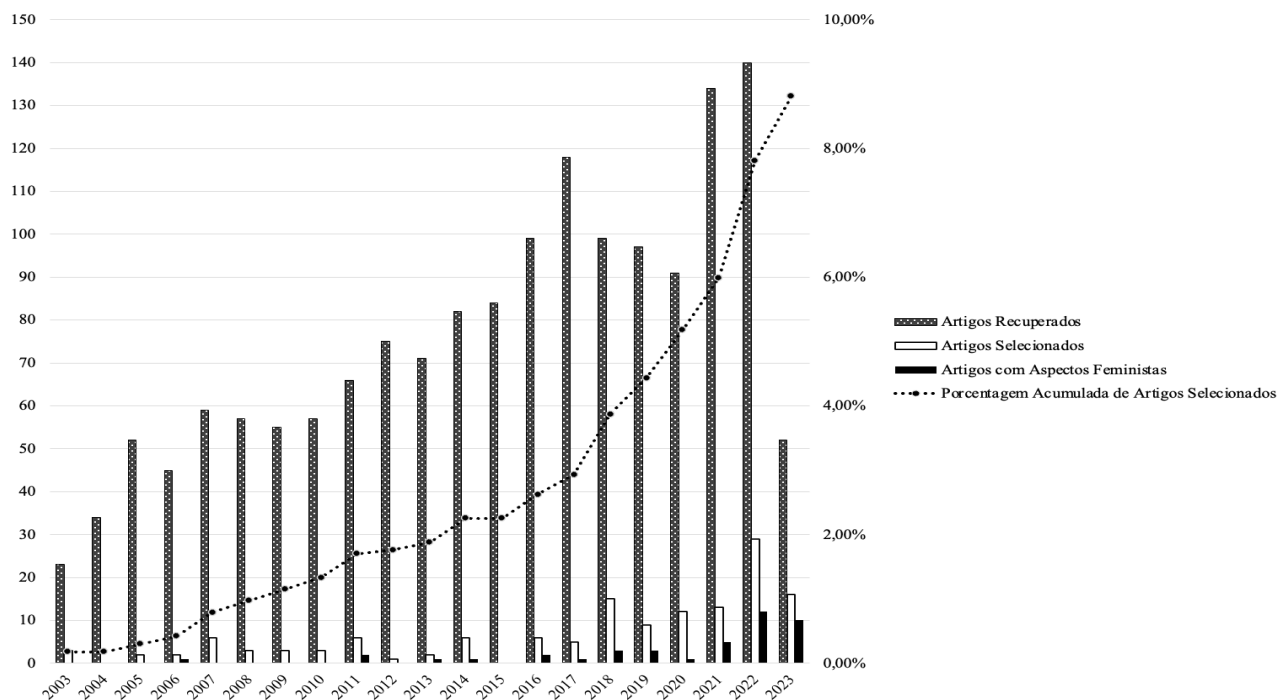
Fonte. A presença de aspectos feministas nos estudos analítico-comportamentais nacionais com termos relativos a gênero e sexo femininos (Backschat, 2024).

Dos 142 artigos selecionados, 42 (29,6%) recorreram a aportes feministas, abordando criticamente desigualdades de gênero, práticas opressivas e/ou propuseram estratégias de modificação do ambiente social a partir de referenciais feministas. Entre os periódicos analisados, a PAC concentrou a maior proporção dessas publicações (39,6%), enquanto a RBTCC apresentou a menor (18,5%).

Para ilustrar a distribuição das 142 publicações selecionadas (8,9%) ao longo dos anos, do rol de 1.591 artigos recuperados, a Figura 2 apresenta a distribuição anual dos artigos recuperados, selecionados e com elementos feministas no período analisado, além da curva de porcentagem acumulada dos artigos selecionados em relação ao total publicado por ano.

Figura 2

Total, por Ano, de Publicações Recuperadas, Selecionadas e com Aspectos Feministas e Porcentagem Acumulada de Artigos Selecionados nos Periódicos Analítico-Comportamentais Consultados



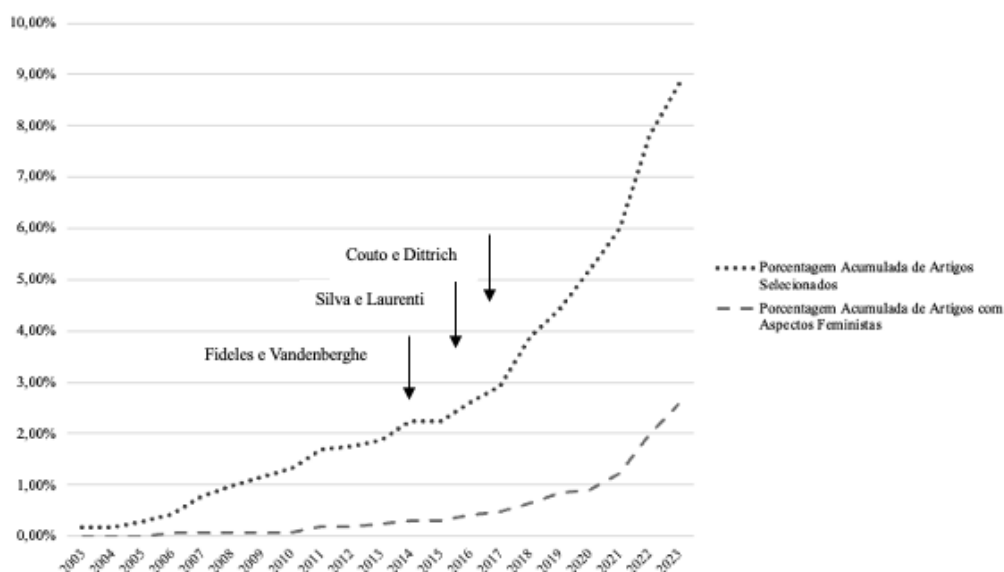
Nota. Adaptado de A presença de aspectos feministas nos estudos analítico-comportamentais nacionais com termos relativos a gênero e sexo femininos (Backschat, 2024).

Entre 2003 e 2013 foram identificadas 31 publicações que atenderam aos critérios desta pesquisa, enquanto no período de 2014-2023 esse total chegou a 111, evidenciando um aumento na produção científica relacionada a sexo e gênero femininos na Análise do Comportamento. Em relação aos artigos que incorporaram explicitamente elementos feministas, o ano de 2022 destacou-se como o mais produtivo, com 12 publicações. A partir de 2017, observa-se uma aceleração na curva de porcentagem acumulada dos artigos selecionados, indicando tendência de aumento contínuo nas publicações sobre essas temáticas.

Esse movimento demonstrou que o período de 2014-2023, marcado pelas primeiras publicações explicitamente feministas na área, concentrou mais que o triplo de produções (6,9%) em comparação com 2003-2013, que registrou apenas 1,9%, conforme indicado na curva de crescimento acumulado. Para perceber melhor a representatividade de perspectivas feministas no conjunto dos artigos que apresentam termos associados a sexo/gênero femininos, a Figura 3 apresenta a porcentagem acumulada de artigos selecionados e de artigos com elementos feministas, além de destacar os três primeiros trabalhos nacionais que estabeleceram relações explícitas entre Análise do Comportamento e feminismo: Fideles e Vandenberghe (2014), Silva e Laurenti (2016) e Couto e Dittrich (2017).

Figura 3

Porcentagem Acumulada, por Ano, de Artigos Selecionados e Artigos com Aspectos Feministas e Indicação de Artigos Nacionais Pioneiros sobre Feminismo e Análise do Comportamento



Fonte. A presença de aspectos feministas nos estudos analítico-comportamentais nacionais com termos relativos a gênero e sexo femininos (Backschat, 2024).

A Figura 3 expõe a relação entre a porcentagem acumulada de artigos selecionados e a porcentagem acumulada de artigos com aspectos feministas no período analisado. A curva da porcentagem acumulada de artigos selecionados apresenta crescimento gradual até meados da série, seguido de aceleração mais evidente a partir de 2017, com aumento mais acentuado nos anos finais. A curva da porcentagem acumulada de artigos com aspectos feministas, por sua vez, mantém crescimento discreto até aproximadamente 2010, intensifica-se moderadamente entre 2011 e 2016 e passa a apresentar aceleração mais clara a partir de 2017, sobretudo nos anos mais recentes. Comparativamente, embora ambas indiquem intensificação do crescimento na parte final da série, a curva de artigos com aspectos feministas mostra defasagem temporal, com aceleração mais tardia e magnitude menor, embora siga tendência de expansão nos últimos anos do período analisado.

Diante desse cenário de crescimento das publicações analítico-comportamentais feministas, também buscou-se investigar se os artigos examinados faziam referência a textos considerados pioneiros na inserção do feminismo na Análise do Comportamento. Com base no estudo de Couto e Dittrich (2017), foram examinadas nas referências dos artigos selecionados as seguintes publicações: Ruiz (1995, 1998, 2003, 2009), Fideles e Vandenberghe (2014) e Silva e Laurenti (2016), além do próprio texto de Couto e Dittrich (2017).

Inicialmente, a busca foi realizada em todos os textos selecionados; contudo, entre 2003 e 2013 não foram identificadas publicações que citassem os trabalhos de Ruiz, ainda que alguns tenham sido publicados nesse período ou anteriormente. Já entre 2014 e 2023, dos 111 artigos analisados, 21 (18,9%) utilizaram ao menos um texto da referida autora, 16 (14,4%) citaram Silva e Laurenti (2016), 13 (11,7%) referenciaram Couto e Dittrich (2017) e 8 (7,2%) mencionaram Fideles e Vandenberghe (2014). Com exceção de 2014 e 2015, ao menos uma dessas referências foi citada em cada ano, com aumento significativo a partir de 2018. No total, 58 artigos (52,2%), dos 111 selecionados no período

de 2014 a 2023, citaram ao menos uma das publicações pioneiras, evidenciando a relevância dessas obras para a inserção gradual de produções com perspectiva feminista na literatura analítico-comportamental brasileira, especialmente a partir de 2014.

Somada à presença de autoras pioneiras nas discussões entre Análise do Comportamento e feminismo, considerou-se relevante examinar a natureza dos estudos que incorporaram aspectos feministas, a fim de identificar como esses elementos têm sido abordados nos diferentes tipos de produção científica. Do total de 42 artigos com aspectos feministas, os trabalhos de natureza teórica corresponderam à maior parte, representando 37 artigos (88,1%) dos 42 selecionados. Em seguida, quatro artigos (9,5%) eram de natureza aplicada e apenas um (2,4%) de natureza básica. Essa sistematização evidenciou não apenas o predomínio das discussões feministas em produções teóricas, mas também as lacunas existentes em pesquisas aplicadas e básicas¹.

Para além da análise da natureza de pesquisa dos artigos selecionados com aspectos feministas, buscou-se identificar quais valores feministas estavam presentes na literatura, com base na proposta de bell hooks, discutida por Carneiro e Santos (2021), por meio da seleção de trechos selecionados que foram posteriormente categorizados em uma tabela.

Tabela 3

Aspectos Feministas Identificados nos Artigos Feministas Selecionados

Aspecto Feminista	Definição	Total/Percentual de Artigos que apresentaram cada aspectos feministas
Conscientização	Observação e identificação de práticas culturais opressivas contra mulheres	42 (100%)
Poder de Fala	Verbalização de opressões que silenciam as mulheres	30 (71,4%)
Partilha	Dever de compartilhar conhecimentos inclusivos; assumir compromissos com a justiça social	25 (59,5%)
Libertação	Busca da libertação das mulheres como forma de estabelecer a igualdade entre gêneros	24 (57,1%)
Enfrentamento/Igualdade	Promoção da resistência contra práticas opressivas de maneira ética e recíproca	22 (52,4%)
Solidariedade/Amor	Amparo às mulheres na resistência por meio da criação de estratégias coletivas	12 (28,6%)

Embora as autoras descrevam oito valores, neste estudo as categorias de Enfrentamento e Igualdade e de Solidariedade e Amor foram agrupadas, resultando em seis valores. Entre os 42 artigos com aspectos feministas, nove contemplaram os seis valores, oito apresentaram cinco, sete abordaram quatro, três discutiram três, nove incluíram apenas dois, e seis trataram de apenas um.

Entre os valores feministas considerados nesta análise, a Conscientização foi o mais recorrente, presente em todos os artigos com elementos feministas, indicando ênfase no reconhecimento e na crítica das estruturas sociais que sustentam a desigualdade de gênero. Em seguida, destacou-se o Poder de Fala, associado à expressão de interações marcadas por silenciamento e opressão. A Partilha apareceu logo depois, vinculada à construção e difusão de saberes inclusivos e comprometidos com a coletividade. O valor da Libertação também foi identificado, relacionado à busca por liberdade que promova equidade entre os gêneros. Já Enfrentamento e Igualdade, associados à resistência ética e à reciprocidade entre mulheres diante das opressões, foram menos frequentes, enquanto Solidariedade e Amor surgiram como os valores menos discutidos, vinculados ao amparo às mulheres na resistência a uma sociedade violenta contra elas. Esses resultados sugerem que, embora o enfrentamento das opressões esteja sendo discutido, dimensões afetivas e colaborativas da resistência feminista permanecem pouco exploradas na produção analítico-comportamental.

¹ Além disso, 30 dos 42 (71,4%) textos classificados como feministas foram escritos por mulheres ou tiveram mulheres como primeiras autoras (71,4%), indicando maior engajamento feminino nessas temáticas. Destaca-se a recorrência da autoria e coautoria de Carolina Laurenti. Em seguida, tem-se a participação de coautores, Alexandre Dittrich como coautor, demonstrando que a presença de homens em discussões feministas também é relevante por discutir a importância de alianças masculinas na produção de conhecimento feminista (DeFelice & Diller, 2019; Mizael, 2021; Pereira & Marques, 2023).

Discussão

Do total de 1.591 artigos recuperados, 142 (8,9%) abordam temas relacionados a sexo e/ou gênero femininos, sendo que somente 42 (2,6%) do total geral e 29,6% dos artigos que tematizam o feminino apresentam elementos feministas. Esses resultados indicam não apenas a baixa frequência com que o gênero figura como aspecto relevante na produção analisada, mas também a restrita incorporação de modelos explicativos voltados à análise das práticas culturais que organizam a distribuição diferencial de contingências comportamentais relacionadas ao gênero.

A discrepância entre a presença do tema e a adoção de uma perspectiva feminista pode sugerir a predominância de abordagens funcionalmente mais próximas da psicologia da mulher, nas quais repertórios comportamentais associados às condições de vida femininas são analisados prioritariamente a partir de contingências ontogenéticas (ver Rutherford & Pettit, 2015). Em contraste, uma abordagem feminista desloca o foco analítico para o exame de práticas culturais e arranjos institucionais que selecionam, mantêm e legitimam padrões diferenciados de reforçamento, punição e acesso a recursos comportamentalmente relevantes entre mulheres e homens.

Sob essa perspectiva, as desigualdades de gênero são compreendidas como produtos de contingências culturalmente organizadas que operam na seleção e manutenção de repertórios comportamentais, bem como na produção diferencial de condições de sofrimento e restrições de variabilidade comportamental (Nicolodi & Hunziker, 2021). A predominância de estudos que tematizam o comportamento feminino sem incorporar esse enquadramento analítico sugere a manutenção de explicações centradas em variáveis proximais, com menor ênfase na análise funcional das práticas culturais que participam da produção dessas regularidades comportamentais. Desse modo, os dados indicam uma lacuna relevante na articulação entre os níveis ontogenético e cultural da Análise do Comportamento, o que endossa a necessidade de ampliar agendas de pesquisa voltadas à investigação sistemática das contingências culturais que estruturam as desigualdades de gênero.

Ruiz (1998) já tinha alertado que a omissão das questões de gênero, problematizadas pelo feminismo, no Comportamentalismo Radical equivale a negligenciar contingências culturais importantes, ainda que inconspícuas, que modelam o comportamento humano. Além disso, essa autora argumentou também que inserir uma perspectiva feminista nas discussões analítico-comportamentais não representa uma ruptura com a filosofia do comportamentalista radical, mas promove uma ampliação de seu alcance analítico, ao incluir práticas culturais historicamente naturalizadas como variáveis relevantes para a compreensão do comportamento. Essa posição é corroborada por Laurenti (2023), ao destacar que uma leitura feminista opera a partir das mesmas leis gerais do comportamento, direcionando, contudo, maior atenção aos efeitos concretos de contingências culturais opressivas que incidem de modo sistemático sobre padrões comportamentais socialmente atribuídos às mulheres.

Embora Ruiz já tivesse evidenciado a necessidade de aproximação entre Análise do Comportamento e feminismo na década de 1990, o primeiro artigo nacional que fez uma articulação sistemática entre Análise do Comportamento e perspectiva feminista foi publicado apenas em 2014 (Fideles & Vandenberghe, 2014). A partir desse marco, surgiram coletivos, grupos de interesse e eventos voltados à discussão do comportamento feminino, como o Coletivo Marias e Amélias (Laurenti, 2023). Desde então, observa-se um crescimento nas publicações sobre o tema, tanto em periódicos nacionais especializados quanto em livros e capítulos que buscam articular gênero, feminismo e análise comportamental (Carneiro & Santos, 2021; Couto, 2023; Zanuto & Laurenti, 2021).

A hipótese, já sinalizada em estudos anteriores (Laurenti, 2023; Mizael, 2021), de que a produção analítico-comportamental brasileira com interlocução feminista se intensifica a partir da década de 2010 ganha respaldo com os resultados aqui obtidos. Dos 42 artigos que apresentaram aspectos feministas, apenas quatro (9,5%) foram publicados entre 2003 e 2013, enquanto 38 (90,5%) se concentraram no período de 2014 a 2023. Esse resultado sustenta a hipótese de que os primeiros trabalhos nacionais sobre a temática, como os de Fideles e Vandenberghe (2014), Silva e Laurenti (2016) e Couto e Dittrich (2017), constituem um marco na forma como a produção analítico-comportamental brasileira passou a compreender o comportamento feminino. Entre os artigos com aspectos feministas, 27 (64,3%) mencionaram, ao menos, uma das referências destacadas por Couto e Dittrich (2017), sendo que nenhuma dessas citações foi identificada no período anterior (2003-2013). Esses dados sugerem que, nos últimos anos, tais obras passaram a integrar o repertório teórico dos estudos analítico-comportamentais comprometidos com a crítica feminista, influenciando diretamente as análises sobre o comportamento feminino.

Considerando o caráter minoritário das produções que incorporaram perspectivas feministas, tornou-se relevante examinar a natureza desses estudos, a fim de compreender em que tipos de produção científica as discussões feministas têm se concentrado. A análise dos estudos que incorporaram aspectos feministas revelou a predominância de produções de caráter teórico. Apenas quatro artigos apresentaram investigações aplicadas e um único estudo foi classificado como de natureza básica, com participantes humanos. Assim, cerca de 88% das publicações com elementos feministas concentraram-se em propostas teóricas, incluindo revisões de literatura (Backschat & Laurenti, 2023), análises de fenômenos sociais à luz da Análise do Comportamento (Nicolodi & Hunziker, 2021) e discussões de natureza filosófica (Laurenti & Lopes, 2022). Esse panorama evidencia a necessidade de ampliar a produção aplicada, de modo a articular fundamentos feministas com intervenções concretas voltadas à transformação de práticas culturais opressoras.

Entre os estudos de natureza aplicada, que representaram 9,5% do total de publicações com viés feminista, observou-se uma busca por articular práticas sociais mais amplas com comportamentos individuais. Os temas abordados

incluíram, por exemplo, a caracterização de classes de comportamento (Silva & Viegas, 2022) e a investigação de variáveis relacionadas ao ciúme, a relacionamentos abusivos e à violência contra mulheres (Gomes & Costa, 2014). Apesar da relevância dessas contribuições, a escassez de pesquisas aplicadas que examinem, sob uma perspectiva feminista, situações de opressão vividas por mulheres em contextos interseccionais permanece evidente. Como argumenta Laurenti (2023), é imprescindível que tais análises considerem intersecções entre raça, classe social, orientação sexual e religião, de modo a construir uma abordagem efetivamente comprometida com a visibilidade e a transformação das múltiplas formas de desigualdade que perpassam o comportamento de mulheres.

No âmbito das pesquisas básicas, apenas um estudo apresentou elementos feministas, o que revela uma lacuna significativa na produção científica da área. O trabalho de Rosendo e Melo (2018) investigou a transferência de função e a reorganização de classes de equivalência relacionadas a gênero e profissão, utilizando participantes humanos. Embora iniciativas internacionais, como o *Gender Basic Project*, promovido pela União Europeia em 2005, e a política norte-americana *Inclusion of Women and Minorities in Clinical Research*, tenham buscado enfrentar o viés de gênero em pesquisas experimentais, tal preocupação não refletiu nas publicações brasileiras analisadas (Woitowich & Woodruff, 2019). Como destacam Fernandes et al. (2023), a predominância do uso exclusivo de participantes do sexo masculino em estudos experimentais compromete a validade externa dos achados ao negligenciar possíveis variações comportamentais entre os sexos, limitando, assim, o alcance e a aplicabilidade dos resultados.

De acordo com Fernandes et al. (2023), a exclusão de participantes do sexo feminino em pesquisas básicas compromete a fidedignidade científica ao restringir a compreensão dos fenômenos comportamentais e reduz a validade das generalizações possíveis. Tendo isso em vista, torna-se necessário refletir criticamente sobre quem são os sujeitos contemplados nas pesquisas e para quais públicos o conhecimento tem sido produzido. A desconsideração sistemática das diferenças entre machos e fêmeas em estudos experimentais não apenas perpetua vieses históricos, como também enfraquece o rigor metodológico e ameaça a ética da prática científica.

As limitações quanto à representatividade de gênero nas pesquisas básicas ressaltam a importância de uma ciência comprometida com os princípios da diversidade e da equidade. Contudo, a produção do conhecimento não se define apenas pela natureza dos estudos realizados, mas também pelos contextos em que esse saber é divulgado e reconhecido como legítimo. Nesse sentido, compreender os espaços de produção científica e os critérios que orientam sua validade possibilita refletir sobre as condições institucionais que orientam o avanço de uma Análise do Comportamento sensível às questões de gênero.

Para além do exame referente à natureza de pesquisa dos artigos, tornou-se igualmente relevante investigar de que modo as publicações selecionadas discutiram elementos feministas em suas análises. Foi então realizada uma investigação orientada pelos valores formulados por bell hooks e sistematizados por Carneiro e Santos (2021). Entre os aspectos identificados, a presença recorrente da Conscientização ganhou destaque, o que indica uma preocupação, por parte das/os autoras/es, com as práticas culturais opressivas que influenciam diretamente o comportamento de mulheres.

Por exemplo, Correia e Borloti (2011) discutem como a vivência cotidiana de opressão de gênero pode estar implicada no desenvolvimento de quadros depressivos em mulheres. De modo semelhante, Freitas e Moraes (2019), ao abordarem a cultura do estupro, descrevem o patriarcado como uma forma de organização social sustentada pela dominação masculina. Essa análise mostra-se essencial para compreender como os comportamentos de gênero são modelados pelas práticas culturais e, portanto, podem ser transformados por meio de intervenções analítico-comportamentais.

Esses exemplos ilustram como o valor da Conscientização tem sido mobilizado nas produções analítico-comportamentais, contribuindo para explicitar práticas culturais opressoras. No entanto, como argumenta Paixão-Junior (2022), a identificação dessas contingências representa apenas um passo inicial. Ainda que necessária, essa etapa analítica precisa ser acompanhada por ações que promovam mudanças efetivas nas contingências que sustentam tais opressões.

Para que a transformação das práticas culturais opressivas seja possível, é fundamental que os valores feministas atuem de forma integrada. O valor da Partilha, por exemplo, convoca pesquisadores e pesquisadoras a assumirem responsabilidade ativa diante da produção e da perpetuação de práticas excludentes. Como argumenta Paixão-Junior (2022), a omissão frente a essas estruturas não é neutra, pois optar por não se posicionar constitui, em si, uma forma de sustentação das opressões. O valor da Partilha pode conectar-se diretamente ao princípio da Libertação, ultrapassando a denúncia e orientando-se para a modificação concreta das práticas sociais que restringem a liberdade e a dignidade de grupos historicamente marginalizados.

A importância de uma postura ativa de resistência, sustentada pelos valores do Enfrentamento e da Igualdade, é enfatizada por Laurenti e Lopes (2022) ao proporem uma Análise do Comportamento de caráter contracultural, que rompa com a noção de neutralidade científica e reconheça seu potencial como instrumento crítico diante de formas de controle social marcadas pela exclusão e pela injustiça. Sob essa perspectiva, a Análise do Comportamento deixa de operar apenas como ferramenta descritiva das contingências e passa a se engajar ativamente na transformação de práticas culturais opressoras.

Por fim, embora os valores de Solidariedade e Amor tenham sido menos frequentes nas publicações analisadas, permanecem fundamentais. Freitas e Moraes (2019) destacam que seriam pertinentes delineamentos culturais que reduzissem práticas de categorização de gênero, mitos sobre violência sexual e culpabilização da vítima, ao mesmo

tempo em que fortalecessem práticas institucionais de acolhimento e respostas do sistema de justiça voltadas à redução da violência sexual.

Como argumentam Carneiro e Santos (2021), essas dimensões constituem a base afetiva e relacional que sustenta a resistência coletiva e possibilita a formulação de estratégias de enfrentamento mais duradouras. A baixa incidência desses valores indica uma lacuna nas abordagens feministas em *Análise do Comportamento*, sobretudo no que se refere à valorização das relações afetivas e do cuidado como práticas políticas e transformadoras, capazes de promover mudanças significativas nas estruturas sociais.

Ainda que a baixa incidência de valores feministas nas publicações analisadas indique um campo promissor a ser aprofundado pelas abordagens feministas na *Análise do Comportamento*, essa lacuna não se limita aos conteúdos temáticos. Essa revisão de escopo demonstrou desafios para a consolidação de uma interlocução consistente entre feminismo e *Análise do Comportamento*, tanto na formulação de problemas de pesquisa quanto na construção de referenciais teóricos capazes de orientar práticas comprometidas com mudanças sociais.

Apesar dessas limitações, também se observa um movimento de expansão. Conforme discutido anteriormente, o número de publicações em *Análise do Comportamento* que busca estabelecer interface com os estudos feministas tem crescido de forma significativa. A partir de uma análise detalhada das revistas incluídas no escopo desta pesquisa, identificou-se que a PAC foi o periódico com maior incidência de artigos que incorporam aspectos feministas, reunindo 23 publicações, o que representa 54,7% do total analisado. Em contraste, a REBAC apresentou apenas quatro artigos (9,5%) com essa abordagem, indicando uma diferença relevante na receptividade editorial em relação às temáticas de gênero e feminismo.

A disparidade na quantidade de publicações com enfoque feminista entre os periódicos analisados pode estar associada à iniciativa da PAC de veicular dois volumes temáticos nos últimos anos: o Volume Especial sobre Estresse de Minorias (2022) e o Volume Especial sobre Clínica e Cultura (2023). A convergência entre esses volumes e o aumento de artigos com abordagem feminista sugere que decisões editoriais intencionais podem atuar estrategicamente na promoção de espaços destinados a discussões críticas no campo da *Análise do Comportamento*. Essas iniciativas evidenciam a relevância de políticas editoriais comprometidas com a ampliação do debate científico em torno de questões sociais historicamente marginalizadas, como gênero, racialidade, sexualidade e opressão estrutural.

Diante desse panorama, torna-se evidente a relevância da institucionalização de políticas científicas que integrem de forma sistemática as questões feministas no campo acadêmico (Laurenti et al., 2019). A adoção de diretrizes voltadas à equidade de gênero pode favorecer a inclusão das experiências de mulheres e das variáveis que mantêm seus comportamentos em diferentes contextos sociais nas investigações científicas. Como argumenta Laurenti (2023), essa inclusão não apenas promove uma produção mais igualitária, mas também potencializa a obtenção de resultados mais representativos, aplicáveis e socialmente relevantes, ampliando o impacto da *Análise do Comportamento* em direção a uma ciência comprometida com a justiça social.

Nesse contexto, o desenvolvimento e a consolidação de políticas científicas orientadas por uma perspectiva crítico-feminista constituem estratégias fundamentais para romper com padrões históricos de invisibilização e silenciamento das mulheres no meio acadêmico. Tais políticas, além de reconhecerem e valorizarem as trajetórias de pesquisadoras, também incentivam a produção de novos estudos comprometidos com temáticas e valores feministas (Pereira & Marques, 2023). A incorporação de uma perspectiva interseccional mostra-se também imprescindível, pois permite analisar de forma articulada as múltiplas formas de opressão, como gênero, raça, classe e sexualidade, que perpassam as interações das mulheres e estruturam seus contextos de atuação e resistência (e.g., Collins et al., 2021).

Dessa forma, o crescimento recente de publicações que articulam feminismo e *Análise do Comportamento* pode ser compreendido como um reflexo inicial, mesmo que incipiente, do impacto de políticas científicas mais sensíveis às questões de gênero. Embora essas políticas ainda sejam pontuais e pouco consolidadas, os dados sugerem que sua existência favorece a emergência de abordagens que deslocam a ênfase predominante da análise funcional na história de aprendizagem individual, para a inclusão de práticas culturais, arranjos institucionais e condições sociais que participam da modelagem e manutenção do comportamento. A valorização de temas historicamente marginalizados e a criação de espaços editoriais voltados a essas discussões são exemplos concretos de como decisões institucionais podem contribuir para a diversificação do campo. Essa direção evidencia a necessidade de consolidar políticas que reconheçam a complexidade das experiências humanas e que fortaleçam o compromisso ético e social da *Análise do Comportamento* com a diversidade, inclusão e justiça social (Backschat, 2024; Linhares & Laurenti, 2024).

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi mapear e analisar quando e de que forma aspectos feministas, alinhados à perspectiva de bell hooks, passaram a integrar a produção analítico-comportamental brasileira voltada ao sexo e gênero femininos. Os resultados indicam que essa incorporação ocorreu de modo explícito a partir de 2014, com intensificação progressiva desde 2017, porém ainda de forma incipiente, uma vez que artigos com elementos feministas corresponderam a apenas 2,6% do total de 1.591 publicações recuperadas.

A inserção desses elementos concentrou-se majoritariamente na explicitação de contingências culturais opressivas e na reivindicação do reconhecimento da experiência e da voz das mulheres, com menor investimento na

proposição e avaliação de práticas de apoio e estratégias sistematizadas de enfrentamento das desigualdades de gênero. O descompasso entre estudos sobre sexo/gênero femininos e aqueles que adotam uma análise feminista indica que tematizar o comportamento feminino não implica, necessariamente, examinar práticas culturais e relações de poder, sugerindo que essa interlocução ainda está em consolidação e permanece mais próxima de uma abordagem da psicologia da mulher.

Como limitações, destacam-se a restrição da análise a periódicos nacionais especializados (mais a Acta) e a ausência de exame sistemático de variáveis interseccionais, como raça e classe. Tais limites sinalizam a necessidade de pesquisas futuras que ampliem recortes analíticos, diversifiquem delineamentos metodológicos e produzam evidências capazes de subsidiar o fortalecimento de políticas científicas comprometidas com a diversidade e a justiça social, consolidando a aproximação entre feminismo e Análise do Comportamento como eixo ético-político relevante para a expansão de sua potência explicativa e transformadora.

Declaração de conflito de interesses

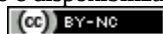
Os autores declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

Contribuição de cada autor

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autora pode ser atribuída como se segue: Letícia de Paula Von Backschat contribuiu para a conceptualização, investigação e redação do artigo; Carolina Laurenti é responsável pela conceptualização, redação, revisão e edição do texto.

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



Referências

- Backschat, L. P. V., & Laurenti, C. (2023). Análise gendrada de queixas clínicas: Uma abordagem feminista de gênero. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 14(2), 122-137. <https://doi.org/10.18761/vecc01032023>
- Backschat, L. P. V. (2024). *A presença de aspectos feministas nos estudos analítico-comportamentais nacionais com termos relativos a gênero e sexo femininos* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento). Repositório Institucional UEL. <https://repositorio.uel.br/items/4341b1fb-eec4-412b-be54-77a5cac10b76/full>
- Carneiro, K. S., & Santos, B. C. (2021). Valores feministas na clínica comportamental: Reflexões baseadas em bell hooks. *Acta Comportamentalia*, 29(2), 61-79. <https://www.redalyc.org/journal/2745/274572158004/html/>
- Collins, P. H., Silva, E. C. G., Ergun, E., Furseth, I., Bond, K. D., & Martínez-Palacios J. (2021). Intersectionality as critical social theory. *Contemporary Political Theory*, 20, 690-725. <https://doi.org/10.1057/s41296-021-00490-0>
- Correia, K. M. L., & Borloti, E. (2011). Mulher e depressão: Uma análise comportamental-contextual. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 19(3), 359-373. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274520129007>
- Couto, A. (2023). Aplicando princípios feministas ao fazer terapêutico: Lições da terapia feminista. In C. Oshiro & J. Vartanian (Eds.). *Habilidades terapêuticas na prática da psicoterapia* (pp. 249-265). Manole.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158. <https://doi.org/10.18761/PAC.2016.047>
- Cravo, F. A. M., Almeida-Verdu, A. C. M., & Costa-Junior, F. M. (2022). Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(2), 247-265. <https://doi.org/10.18761/a52affa6>
- Daudt, H. M., Van Mossel, C., & Scott, S. J. (2013). Enhancing the scoping study methodology: A large, inter-professional team's experience with Arksey and O'Malley's framework. *BMC Medical Research Methodology*, 13, 1-9. <https://doi.org/10.1186/1471-2288-13-48>
- DeFelice, K. A., & Diller, J. W. (2019). Intersectional feminism and behavior analysis. *Behavior Analysis in Practice*, 12(4), 831-838. <https://doi.org/10.1007/s40617-019-00341-w>
- Eagly, A. H., Eaton, A., Rose, S. M., Riger, S., & McHugh, M. C. (2012). Feminism and Psychology: Analysis of a half-century of research on women and gender. *American Psychologist*, 67(3), 211-230. <https://doi.org/10.1037/a0027260>
- Fernandes, D. S., Araújo, S. A., Nascimento-Júnior, F. E., & Tatmatsu, D. I. B. (2023). Viés de sexo na análise experimental do comportamento: Uma revisão sistemática. In R. Pinheiro & T. Mizael (Eds.), *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento 2* (pp. 95-120). Instituto Par Ciências e Tecnologia do Comportamento.
- Fideles, M. N. D., & Vandenbergh, L. (2014). Psicoterapia Analítica Funcional feminista: Possibilidades de um encontro. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(3), 18-29. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v16n3p18-29>

- Freitas, J. C. C., & Morais, A. O. (2019). Métodos de investigação sobre cultura do estupro: O que a Análise do Comportamento tem a aprender com as contribuições de outras áreas do conhecimento. In R. Pinheiro & T. Mizael (Eds.), *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento* (pp. 84-109). Imagine Publicações.
- Gomes, H. C. R., & Costa, N. (2014). Violência contra a mulher: Uma pesquisa empírica sobre regras descritivas comuns na sociedade ocidental. *Acta Comportamental*, 22(1), 89-100. <https://www.redalyc.org/pdf/2745/274530012007.pdf>
- Laurenti, C., Jesus, L. S., Nogueira, L. N., Sales, S. C., Risolia, I. W., & Strapasson, B. A. (2019). Participação das mulheres em atividades acadêmico-científicas de análise do comportamento no Brasil. *Acta Comportamental*, 27(2), 251-268. <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/69863>
- Laurenti, C. (2023). Precisamos de feminismo na Análise do Comportamento? Argumentos e contra-argumentos. In A. Dittrich, B. Strapasson & D. Zilio (Eds.), *Análise do Comportamento: Dimensões políticas* (pp. 153-174). Instituto Par.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2022). Uma análise do comportamento contracultural: Perspectivas e desafios. *Perspectivas em Análise do Comportamento, Edição Especial: Estresse de Minorias*, 25-40. <https://doi.org/10.18761/DH00024.jan22>
- Linhares, Y., & Laurenti, C. (2024). Social issues in behavior analysis: Behavior or cultural practice? A case study on the diffusion of feminism in Brazilian behavior analysis. *Behavior and Social Issues*, 33, 765-786. <https://doi.org/10.1007/s42822-024-00186-1>
- Mizael, T. M. (2021). Behavior Analysis and Feminism: Contributions from Brazil. *Behavior and Social Issues*, 30, 481-494. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00067>
- Munn, Z., Peters, M. D. J., Stern, C., Tufanaru, C., McArthur, A., & Aromataris, E. (2018). Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC Medical Research Methodology*, 18(143), 1-7. <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x>
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>
- Nicolodi, L. G., & Hunziker, M. H. L. (2021). O patriarcado sob a ótica analítico-comportamental: Considerações iniciais. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 17(2), 164-175. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11012>
- Paixão-Junior, F. D. (2022). Conhecimento científico e interseccionalidade: Da ingenuidade à sensibilidade política na Análise do Comportamento. *Perspectivas em Análise do Comportamento, Edição Especial: Estresse de Minorias*, 304-320. <https://doi.org/10.18761/DH000176.dez21>
- Pereira, F. N. A., & Marques, N. S. (2023). O papel das mulheres na produção de conhecimento em análise do comportamento. In R. Pinheiro & T. Mizael (Eds.), *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento 2* (pp. 37-50). Instituto Par Ciências e Tecnologia do Comportamento.
- Rosendo, A. P., & Melo, R. M. (2018). Transferência de função e reorganização de classes de equivalência relacionada a gênero e profissões. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 14(1), 31-43. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v14i1.7157>
- Ruiz, M. R. (1995). Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Psychology of Women Quarterly*, 19(2), 161-179. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1995.tb00285.x>
- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21(2), 179-192. <https://doi.org/10.1007/BF03391962>
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12-16. <https://doi.org/10.1037/h0100005>
- Ruiz, M. R. (2009). Beyond the mirrored space: Time and resistance in feminist theory. *Behavior and Philosophy*, 37, 141-147. <http://www.jstor.org/stable/41472428>
- Rutherford, A., & Pettit, M. (2015). Feminism AND/IN/AS psychology: The public sciences of sex and gender. *History of Psychology*, 18(3), 223-237. <https://doi.org/10.1037/a0039533>
- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: "A mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211. <https://doi.org/10.18761/pac.2016.009>
- Silva, B. H. S., & Viecili, J. (2022). Características do comportamento de microagressão contra pessoas trans em ambientes de trabalho. *Perspectivas em Análise do Comportamento, Edição Especial: Estresse de minorias*, 271-288. <https://doi.org/10.18761/VEEM.0078.out21>
- Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D. J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akl, E. A., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garritty, C., ... Straus, S. E. (2018). PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467-473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>
- Woitowich, N. C., & Woodruff, T. K. (2019). Implementation of the NIH Sex-Inclusion Policy: Attitudes and opinions of study section members. *Journal of Women's Health*, 28(1), 9-16. doi: 10.1089/jwh.2018.7396.

Zanuto, J. O., & Laurenti, C. (2021). Contribuições políticas da análise feminista do amor romântico para a discussão analítico-comportamental dos sentimentos. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 12(2), 447-464. <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/823>

Submetido em: 24/10/2025

Aceito em: 23/02/2026